

**MULHERES QUE FORAM À LUTA CONTRA A DITADURA:
BREVES REFLEXÕES SOBRE A PRESENÇA DE MILITANTES NO JORNAL
CORREIO DO POVO (1969 -1973)**

Luísa Dornelles Briggmann¹

Resumo: Este artigo analisa a presença das mulheres que atuaram em grupos clandestinos de esquerda, que se opunham à ditadura brasileira, no jornal porto-alegrense Correio do Povo, entre os anos de 1969 a 1973. O referido periódico se consolidou como um dos maiores jornais do período, assim, esta pesquisa também procura entender como se dá a ação e qual o papel do Correio do Povo na conjuntura da época. A partir do levantamento e da análise das reportagens, constata-se a grande presença de mulheres militantes nas páginas do jornal, sempre rodeada de significados. Sob um olhar dos estudos de gênero, pretende-se pensar a importância destas militantes para a construção da história do Brasil.

Palavras-chave: Ditadura. Mulheres militantes. Gênero. Correio do Povo.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo buscar entender a participação das mulheres em organizações da esquerda armada que se opunham à ditadura e as representações produzidas e difundidas sobre estas no jornal gaúcho² Correio do Povo, entre os anos de 1969 a 1973. Para isso, faz-se necessário, ainda que brevemente, observar a presença destas mulheres na sociedade da época e na escrita da história. Além de analisar a importância para os rio-grandenses, da empresa Caldas Jr, responsável pela publicação do jornal analisado.

A escolha desta delimitação temporal se deu por esses serem os chamados “Anos de Chumbo”, período de maior repressão dentro da ditadura, a partir da implantação do Ato Institucional Número 5 (AI-5). Esse trabalho, então, tem como contexto os governos dos generais Artur da Costa e Silva (1967 – 1969) e Emílio Garrastazu Médici (1969–1974), em âmbito federal. E, em âmbito estadual, nos governos de Walter Peracchi Barcelos (1966–1971) e Euclides Triches (1971–1975). É neste período que muitas organizações optaram

¹ Mestranda em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGH/UFSC). Bolsista CAPES pelo Projeto “Mulheres de luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)”. E-mail para contato: luisa.briggmann@gmail.com

² Ao utilizar o termo “gaúcho”, faço-o apenas para me referir à pessoas, ou do jornal, que pertencem ao estado do Rio Grande do Sul.

pela luta armada, aumentando também o número de reportagens publicadas no jornal que faz referência à presença destas mulheres. A partir 1973, com a prisão de muitas militantes, foi possível constatar que o número de reportagens diminuiu significativamente.

É após o AI-5, que a estratégia de rebelião militar, discutida pelos grupos de esquerda pelo menos desde 1967, ganhou maior visibilidade. A presença da luta armada foi visível nas páginas do jornal e nas ruas da cidade, pois, mesmo que muitos destes grupos acreditassem que a revolução deveria acontecer no campo, buscavam na cidade recursos para financiar uma futura luta rural, para compra de armas, para o mantimento de aparelhos e moradias, para a ajuda financeira a militantes em situação de clandestinidade, etc.; assim como ações que visavam à negociação de liberdade para presos políticos.

Carla Rodeghero (2007) ressalta, entretanto, que não era necessário pegar em armas ou fazer parte de uma organização com fins revolucionários para ser enquadrado na Lei de Segurança Nacional. “Ações como distribuição de panfletos, atuação no movimento estudantil ou sindical, discursos em Câmaras de Vereadores e na Assembleia Legislativa e sermões em igrejas podiam ser considerados crimes e dar origem a processos que seriam julgados pela Justiça Militar” (RODEGHERO, 2007, p.98), e, assim, presos e torturados.

A tortura foi institucionalizada no governo militar de forma massiva e indiscriminada como método de interrogatório aos presos e de controle político da população em geral (PADRÓS; FERNANDES, 2010). Já durante os anos de 1969 a 1973, diversas pessoas físicas, organizações internacionais religiosas e de direitos humanos levantaram provas da existência no Brasil de centros secretos de tortura, de onde muitos militantes presos não saíram com vida. Neste contexto, como afirma Cristina Wolff (2015), as mães tiveram um papel fundamental para dar visibilidade e sensibilizar a sociedade “de uma maneira muito mais pública, muito emocional, e por isso muito emocionante” (WOLFF, 2015, p. 981).

Segundo a Anistia Internacional,

Tortura é o mau-trato físico de presos praticado por funcionários civis ou militares que agem sob o comando ou com a cobertura de autoridades superiores. A tortura de um preso, cometida por autoridade constituída, é fato extremamente grave, pois tudo que é provido por uma instituição coletiva deve, em última análise, ser imputado à responsabilidade do chefe desta organização (INTERNACIONAL, 1972. Apud: Alves, 2005, p.166).

Maria H. M. Alves (2005) afirma que o uso generalizado e institucionalizado desta prática cria também um “efeito demonstrativo” na sociedade, intimidando os que têm

conhecimento de sua existência, inibindo a participação política da população. Assim, “combinando à força das *blitze*, às buscas de casa em casa e às medidas temporárias de controle nas ruas, para verificação de documentos, a institucionalização da tortura serve para afastar outros cidadãos de atividades que pudessem coloca-los em conflito com o governo” (ALVES, 2005, P. 168- 169). A violência institucional torna-se parte da cultura política cotidiana, criando uma “cultura de medo”.

Ao estudarmos a ditadura que tomou conta do Brasil a partir de 1964, ainda encontramos uma história escrita, produzida e reproduzida, em sua grande maioria, por e sobre homens, onde há um silenciamento maciço das mulheres. A história das mulheres, conforme afirma Joan Scott (SCOTT, 1995), não deve, entretanto, ser escrita separadamente, ou ter nas mulheres apenas mais um tema. Nós historiadores, precisamos sim, inscrevê-las na história como sujeitos históricos, revolucionando-a, criando uma outra forma de conhecimento, uma nova história. E como nos alerta a autora: “As mulheres estão ao mesmo tempo adicionadas a história e provocam sua reescrita; elas proporcionam algo extra e são necessárias a complementação, são supérfluas e indispensáveis.” (SCOTT, 1992, p. 76).

Sendo assim, é de fundamental importância também, analisar as fontes desse período da história do Brasil na perspectiva dos estudos de gênero. Para Joan Scott o gênero estaria também no centro do estabelecimento de hierarquias sociais e estratégias de poder. Sendo, “um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado.” (1995, p. 88). Poder este, entendido a partir do conceito dado por Foucault, “como constelações dispersas de relações desiguais, discursivamente constituídas em ‘campos de força’ sociais.” (SCOTT, 1995, p.86), sempre trazendo consigo uma ação de resistência, que lhe é intrínseca e inseparável. Isto torna-se bastante evidente ao se analisar as histórias das mulheres que militaram contra a ditadura brasileira.

Nesta mesma perspectiva, Tereza de Lauretis (1994) defende que o gênero é o produto de diversas tecnologias sociais, como as práticas da vida cotidiana, as práticas críticas institucionalizadas, o cinema, e aqui, especialmente, a mídia. Sendo este, então “tanto o produto quanto o processo de sua representação.” (LAURETIS, 1994, p.212)

Estas representações e relações de poder significam também o saber a respeito destas mulheres. Esses saberes e junto deles as narrativas históricas, nunca são neutros e, quando apresentam apenas fatos em que somente homens estiveram envolvidos, constroem, no

presente, o gênero: “a história, neste caso, é uma narrativa sobre o sexo masculino, e constitui o gênero ao definir que somente, ou principalmente, os homens fazem história” (PEDRO, 2005, p. 87). Trata-se, então de entender o que significava ser homem ou mulher no passado e quais os lugares a história destinou a eles em sua escrita.

AS MULHERES NA LUTA CONTRA A DITADURA MILITAR

É nesta perspectiva que se busca observar a presença dessas mulheres nas organizações de esquerda que resistiram à ditadura e como esta foi silenciada durante muitos anos. Pouco ainda se estudou sobre as muitas mulheres que buscaram um espaço até então não destinados a elas: a política. Essas, se opuseram ao regime e transgrediram ao lutarem por seus ideais, mas também ao romper com padrões sociais prometidos a elas: saíram do domínio privado para ocupar o espaço público, político e masculino por excelência.

Marcelo Ridenti (1993) afirma que do total de 4.124 processados das esquerdas brasileiras na época, 660 eram mulheres, ou seja, 16%. Esse número aumenta se levarmos em conta as organizações armadas urbanas: 18,3%. Na maioria dessas organizações, o percentual de mulheres que foram denunciadas ficou entre 15% e 20%. Estas participavam da luta armada seja na linha de frente – expropriações a bancos, sequestros de aviões, etc. -, ou na retaguarda, ajudando na logística das ações.

Ridenti (1990) ressalta ainda que estes números até podem parecer pequenos, mas é preciso levar em conta que o lugar social ocupado pela maioria das mulheres da época, ficava restrito ao espaço privado:

[...] a média de 18% de mulheres nos grupos armados reflete um progresso na liberação feminina no final da década de 60, quando muitas mulheres tomavam parte nas lutas políticas, para questionar a ordem estabelecida em todos os níveis, ainda que, então, suas reivindicações não tivessem explicitamente um caráter ‘feminista’ propriamente dito, que ganharia corpo só nos anos 70 e 80, em outra conjuntura. Não obstante, a participação feminina nas esquerdas armadas era um avanço para a ruptura do estereótipo da mulher restrita ao espaço privado e doméstico, enquanto mãe, esposa, irmã e dona-de-casa, que vive em função do mundo masculino. (RIDENTI, 1990, p.114).

A participação das mulheres contra a ditadura se deu, principalmente, através do movimento estudantil, como nos ressalta Ridenti (1990). A partir dessa militância, muitas jovens entraram em contato com as organizações de esquerda, algumas delas optaram pela

luta armada (RIDENTI, 1990). Para muitas, a luta armada era a melhor, ou a única saída para enfrentar um governo que reprimia os movimentos sociais e fazia uso da violência contra os que ousavam expor suas insatisfações.

É o caso de Ignez M. Serpa Ramminger, militante de grande importância neste período da história no Rio Grande do Sul. Ignez, também conhecida como “Martinha”, é gaúcha e militou pelo Partido Operário Comunista (POC) e, posteriormente, passou a integrar a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares). Participou de uma das maiores ações realizadas por grupos de esquerda no estado, a expropriação da agência do Banco do Brasil em Viamão, amplamente noticiada na mídia local.

“Martinha” foi a única mulher no Comando de Operações da VAR-Palmares do Rio Grande do Sul e, em seu relato de memórias narra a dificuldade de afirmação das mulheres dentro das organizações armadas, assim como a intolerância dos companheiros com “pequenas vaidades femininas, tais como usar minissaia, salto alto, passar rímel nos cílios e pintar os lábios” (RAMMINGER, In: PADRÓS, 2010, p.141), vistas por muitos como um comportamento “pequeno burguês”.

A pouca presença de mulheres em postos de comando dentro das organizações ocorriam tanto no Rio Grande do Sul como em nível nacional. As atividades destinadas nas organizações eram diferentes para homens e mulheres. É o que afirma também Sônia Lafoz, militante da VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) e depois do MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de outubro): “As próprias organizações questionavam a participação da mulher em determinadas atividades. Você podia ficar numa base universitária, até operária, de infra-estrutura, mas pegar em armas não. Foi duro ganhar esse espaço.” (CARVALHO, 1998, p. 386).

Essa exclusão feminina estava presente também em cartilhas que orientavam os grupos guerrilheiros. No livro, *A guerra de guerrilha*, de Ernesto Che Guevara, o autor dedica um subcapítulo para o “Papel da Mulher”. Neste, é afirmado que ela pode portar armas e combater ao lado dos homens, mas será mais importante se servir de agente de ligação e mensageira, por poder passar mais despercebida, ou como cozinheira, professora, costureira e enfermeira, por sua “doçura infinitamente superior”³. Ou seja, a mulher deveria continuar desenvolvendo as funções que lhes eram socialmente atribuídas e o gênero se colava ao

³ Ler mais em: WOLFF, Cristina Scheibe. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 19-38, dez. 2007.

corpo, nas práticas cotidianas e nas tarefas atribuídas a cada militante, “colocando os desafios para a incorporação de mulheres em uma ‘guerra de guerrilhas’ pensada como um espaço masculino de atuação” (WOLFF, 2007, p. 29).

Cristina Wolff (2007) ressalta que dentro das organizações ser viril, ativo, corajoso, capaz de manejar em armas e de grandes sacrifícios pela revolução eram qualidades de um bom guerrilheiro, mas previamente esperadas para os homens. As militantes mulheres teriam de provar ser capazes, de uma maneira mais dura que seus companheiros, se apropriando de atributos do “gênero masculino”.

Muitas militantes, segundo Wolff (2009) tentavam assumir a postura e até mesmo modos de vestir-se “como homens”. Utilizando de inúmeras estratégias - procurar se tornarem mais masculinas; provar que sabiam pegar em armas, que não eram delicadas e que podiam resistir a tortura quando presas, etc., elas buscavam demonstrar que também possuíam estes atributos de valentia. Entretanto, em geral, suas participações foram pensadas a partir do que também dos papéis que a sociedade da época atribuía as mulheres. É o que nos afirmam Joana Pedro e Cristina Wolff:

Estas eram imagens de uma masculinidade infalível, certamente difícil de servir como espelho para as mulheres que se aventuraram nos caminhos da guerrilha. Elas ajudavam a explicar a acusação frequente, reforçada pela identificação com as ideias feministas, de que estas mulheres precisaram esconder seus traços femininos. Não podiam usar vestidos e pentear o cabelo visando ressaltar a beleza. Não podiam, ainda, usar batom; enfim, não deveriam parecer mulheres (Colling, 1997; Goldemberg, 1997), a não ser que a ação exigisse o uso do gênero, como nos casos em que precisavam obter informações, passar por lugares perigosos de forma despercebida; para isso, algumas vezes serviam-se de sua imagem de mulher. Enfim, elas deveriam mostrar sua coragem, sua firmeza, sua lealdade, sua virilidade, nas ações de vida e de morte, nos porões da polícia secreta, sentadas na “cadeira do dragão” ou penduradas num “pau de arara”. (PEDRO;WOLFF, 2011, p. 404).

Assim, sendo o gênero um lugar central nas relações de poder, ele se faz também responsável pela organização das relações sociais, marcadas por lugares, hierarquias, normas e produções de sujeitos. Cristina Wolff (2010) afirma que se vivia esta contradição – por um lado admitia-se a importância das mulheres, mas por outro, era difícil incorporá-las como iguais. A autora (2007) ressalta ainda que as organizações militantes do Brasil foram muito diversificadas, e muitas vezes a hierarquização entre homens e mulheres não eram tão

aparentes, apesar de existentes. Assim, mesmo com a maior dificuldade em fazer parte das ações armadas, muitas mulheres buscaram seu espaço e participaram delas.

A partir da história de Vera Silvia Magalhães, militante do MR8 (Movimento Revolucionário 8 de outubro), podemos observar algumas destas questões. Em entrevista para Luiz Carvalho, ela afirma: “Eu era a única mulher no meio de sete homens. Fiz um puta esforço para chegar lá. A minha militância política foi uma batalha, porque, além de tudo, havia o preconceito machista.” (CARVALHO, 1998, p.172).

Vera Magalhães participou do sequestro do embaixador americano, Charles Elbrick, em setembro de 1969, de grande repercussão nacional e internacionalmente, e que tinha como objetivo libertar presos políticos, além de marcar posição e assustar a ditadura. Ela foi responsável por buscar informações para organizar a ação. Marcelo Ridenti (1993) afirma que após ser transferida para um grupo de ações armadas, Vera, assim como muitas das mulheres militantes, fez “levantamentos com o papel de mulher que a sociedade me atribuía.”, ou seja, utilizava-se de estereótipos e disfarces para colher informações. Foi o que aconteceu nesta ação:

[...] eu fui à embaixada vestida de empregada doméstica, com minissaia e tudo. Eu, Deus e uma arma na bolsa (...). Cheguei lá, me aproximei da guarita de segurança e disse que queria visitar os jardins. O chefe da segurança ficou a fim de me conquistar e saiu me mostrando tudo. Eu utilizei esse aspecto psicológico e fui fazendo perguntas entremeadas, conseguindo informações sobre horários, carros, segurança. Fazia isso com sangue-frio, com desenvoltura total. Tirava tão de letra que ele chegou a me dizer: “eu vou tirar essa bandeira da embaixada, porque tem muito terrorista agindo por aí.”, Ele não sacou nada. (CARVALHO, 1998, p.176-177).

A presença de empregadas domésticas vestidas com uniformes específicos era bastante recorrente nas ruas do Rio de Janeiro. A roupa normalmente se compunha por uma saia, ou vestido, e um avental. É interessante notar que, nessa situação, Vera faz questão de ressaltar o uso da minissaia, talvez também como um instrumento de disfarce. Aqui, o uso de “estereótipos femininos” funcionou muito bem em favor da luta armada, e essa era uma técnica bastante utilizada entre as militantes.

Entretanto, quando essas militantes que ousaram romper com estes “estereótipos femininos” eram presas e torturadas, os militares visavam também recolocá-las em seu “devido lugar”. Olivia Rangel Joffily (2010) afirma que para os agentes de segurança, a

alteridade que o separava do inimigo, quando este era uma mulher, não poderia ser mais completa. “A militante de esquerda, no sistema de referências, não está associada à figura mais próxima da mãe, esposa, filha ou irmã; ela ocupa um lugar que se encontra na margem oposta, o de puta, vaca, vadia”. (JOFFILY, 2010, p.230).

A autora ressalta ainda que, na resistência à tortura, dentro das prisões, o corpo das mulheres se tornou um campo de batalha. É no contexto da tortura que as relações opressoras de poder ligadas ao gênero atingem seu ápice, é ali que o machismo cruamente se manifesta. Em diversos relatos de militantes torturadas, há a ênfase para torturas específicas pelo fato de serem mulheres. É o que relata a ex-presena política Gilse Westin Cosenza: “Uma coisa a gente percebeu: com a gente que é mulher, eles usam além da tortura normal para os homens, a afetividade e a questão sexual”. (JOFFILY, 2010, p.227).

Inúmeros são os depoimentos de mulheres estupradas, que tiveram seus órgãos sexuais mutilados e de torturadores sádicos, onde o prazer da dominação do torturador sobre a vítima é potencializado pelo gozo masculino em contato com o indivíduo do sexo oposto⁴. A tortura psicológica explorava as relações das militantes com seus filhos/as, companheiros e pais, onde frequentemente ameaçavam matá-los ou tortura-los. Além disso, conforme afirma Cristina Wolff, “para as mulheres sempre pairava a ideia de que elas eram ‘corresponsáveis’ por sua violação, na medida em que eram atraentes ou que eram mulheres” (Wolff, 2015, p.984).

É visível, assim, que na tortura, as mulheres enfrentaram “a maneira pelo qual se exercia o poder, não somente o poder do Estado, mas aquele que se exerce por outras instituições ou formas de constrangimento, uma espécie de opressão permanente da vida cotidiana”, como afirma Foucault (2010, p.333). Ou seja, eram expostas a uma dupla e desigual relação de poder: a da militante oprimida contra o agente de segurança opressor e a da hierarquia de gênero. Maria Amélia de Almeida Teles (2015) relembra que

A participação das mulheres se deu por decisão delas próprias. Ao assumirem uma posição política de transformar a ditadura em liberdade, justiça e democracia, passaram a engrossar as diversas trincheiras de lutas, das ações políticas de repúdio à ditadura, seja de luta armada ou não, o que irritou profundamente os militares que esperavam que elas fossem

⁴ Relatos que expõem a violência sexual destinada contra mulheres na tortura durante a Ditadura brasileira estão disponíveis em diversos livros de memória, denúncias, depoimentos e entrevistas. Alguns exemplos podem ser encontrados no Relatório da Comissão Nacional da Verdade (Disponível no site: <http://www.cnv.gov.br>), e no livro: **BRASIL NUNCA MAIS**. Um relato para a História. Petrópolis: Vozes, 1985.

facilmente dominadas e controladas por eles. Eles não aceitavam que as mulheres pudessem exercer livremente o seu direito de escolha, inclusive de lutar contra a ditadura. Eles odiavam as militantes que fugiam do estereótipo da submissão, da dependência e da incapacidade de tomar decisão. (TELES, 2015, p. 1010-1011).

A ideia de fraqueza física e emocional própria das mulheres era inerente à ação dos militares na prisão, que inicialmente acreditavam que seria mais fácil “arrancar” informações das militantes femininas. Gilse Westin Cosenza também traz isto em seu depoimento:

E então ele (o coronel responsável pelo Inquérito Policial Militar), cantou de galo, dizendo que, com mulher, ele não tinha trabalho, porque ‘mulher é graça, mulher em uma semana entregava tudo o que ele quisesse’. E ainda disse o seguinte ‘- É só encostar nelas e elas entregam tudo o que eu quiser. Porque é mulher. (JOFFILY, 2010, p.230).

Obviamente, isto muitas vezes não acontecia. E, quando se deparavam com militantes que resistiam à tortura, sem entregar as informações desejadas, elas logo eram vistas como “machos”, por serem duras, frias e corajosas, ou seja, por terem características e qualidades para eles como pertencentes ao masculino. Amelinha Teles (2015), que pesquisou em documentos produzidos pela repressão, pôde observar que neles às referências a mulheres continham expressões como “fanática em subversão”, “bom grau de inteligência” “moça de muita valentia”, o que não aparecia nos registros dos homens, pois, como vimos anteriormente, a premissa básica é de que os homens são valentes, inteligentes e racionais, portanto, não seria necessário mencionar isso em um relatório.

Aqui, uma reflexão trazida por Cristina Wolff (1999) se faz importante: a violência masculina contra as mulheres é, frequentemente, atribuída ao fato de que o corpo feminino é visto como uma “propriedade” masculina, e, portanto, passível de agressividade. Entretanto estacionarmos nesta reflexão não é suficiente. É necessário ir além: como é visível nos depoimentos trazidos até aqui, as mulheres também são sujeitos nessa relação⁵, para que estas não sejam vistas “apenas” como vítimas passivas, mas para que também possam possuir esperança. Durante a Ditadura Militar, estas mulheres não poderia se livrar da violência se esperassem um herói salvador, ou um Estado protetor e masculino, e, como afirma Wolff,

é fundamental mostrar como ao longo da história as mulheres sofreram sim, violência, mas também resistiram a ela (...) pois mostrar isso é dar às mulheres mais um instrumento na luta contra a violência. Se são capazes de

⁵ Talvez não seja demais ressaltar novamente que, obviamente, há uma desigualdade impensável e cruel nestas relações de força e de poder entre torturadores e torturadas.

resistir, são também capazes de lutar pela eliminação deste tipo de violência. (WOLFF, 1999, p.243)

Assim, é possível notar também as mais complexas redes de relações de poder entre homens e mulheres militantes e entre as militantes e os militares. Onde, em todas elas, é visível o que afirma Scott (1995): que o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder.

AS MILITANTES NO JORNAL CORREIO DO POVO

Neste contexto de complexas relações de poder é que se dão as diversas escritas sobre as mulheres na mídia. Nas décadas de 1960 e 1970, o jornal Correio do Povo se instaura como o mais influente do estado, política e socialmente. Em uma entrevista para o jornalista José A. Pinheiro Machado, Breno Caldas - herdeiro e administrador da empresa Caldas Jr., responsável pela elaboração do jornal - confirma sua ligação com os políticos da época: “eu era uma das figuras aqui do Rio Grande... Eu era consultado... Pelo menos considerado... As pessoas que decidiam, sempre queria saber: o que será que o Correio pensa?” (MACHADO, 1987, p.26). Assim, os políticos que apareciam bem representados no jornal de Breno, ganhavam credibilidade com o leitor.

E não eram poucos leitores, o jornal era o mais vendido da época, chegando em 1972 à marca de 93 mil assinaturas (Idem, p. 8). Sérgio Roberto Dillenburg, em seu livro “Correio do Povo: histórias e memórias”, afirma que Breno Caldas chegou a ser considerado, em 1969, o homem mais rico do Brasil e o jornal chegou a ter uma das maiores rentabilidades do país, “sendo o sexto em lucros líquidos em 1972” (DILLENBURG, 1997, p.15).

Walter Galvani afirma que “a credibilidade do Correio era tamanha que uma notícia tão importante só seria tomada como verdadeira se publicada no jornal da Caldas. ‘Se o Correio do Povo deu, então é verdade’ – era o slogan que corria na cabeça das pessoas.” (GALVANI, 1996, p.403). Segundo Sérgio Dillenburg, esta foi “uma frase ouvida e repetida durante anos em todos os rincões⁶ do Rio Grande do Sul.” (DILLENBURG, 1997, p.9).

Rosa Maria Bueno Fischer, faz uma interessante ressalva sobre este “poder de verdade”: “ao enunciarem que algo “é verdade” porque “deu no jornal” ou porque “eu vi ontem na televisão” – mesmo que falem de uma verdade factual, tópica – as pessoas estão afirmando concretamente um tipo de poder específico: o poder dos meios de comunicação”.

⁶ “Rincões” é uma expressão gaúcha que pode significar “lugares”.

(FISCHER, 1996, p. 123). Assim, é possível afirmar que o Correio do Povo, em sua época, obtinha um lugar privilegiado no exercício do poder e de produção de verdades na sociedade gaúcha.

Isto se faz de grande importância ao refletirmos sobre o posicionamento da empresa Caldas Júnior perante o Regime Militar. José Antônio Pinheiro Machado, em uma entrevista com Breno Caldas, questionou como o empresário se posicionou frente ao golpe de 1964 e este respondeu que,

[...] a revolução de 1964, de um certo modo, contou com a nossa participação, ou pelo menos com a nossa simpatia. O pessoal que foi ao poder em 1964... não é que fosse ligado a nós – não tínhamos ligação política com ninguém – mas eram pessoas afinadas conosco, estávamos no mesmo caminho. (MACHADO, 1987, p.78).

O apoio do jornal ao golpe de 1964 é evidente, chegando, inclusive, a explicar em seus editoriais “porque os militares estavam certos e que aquele era o único caminho para ‘salvar o Brasil’”. (GALVANI, 1996, p.411). Galvani afirma ainda que o Correio do Povo, logo no primeiro momento, já se definiu, colocando de lado uma suposta e histórica imparcialidade, pelo apoio a então batizada “Revolução Redentora”. É perceptível, então o Correio do Povo nunca foi um jornal apolítico, como frequentemente afirmava ser.

Assim, é importante refletirmos também sobre a construção e representação, no Correio, do que eram mais aceito e considerado adequado para as mulheres. O lugar que estas deveriam ocupar estava restrito ao espaço privado e longe da esfera pública, como a política. Isto é visível neste “Correio do Leitor”: “[...] as mulheres querem ter os mesmos direitos do homem. Creio que o mundo seria muito melhor se cada um ficasse no seu plano- o homem como chefe de família, a mulher como esteio do lar”. (CORREIO DO POVO, 17.05.1969, p. 4).

Essas militantes, então, estavam longe de ocupar posições sociais valorizadas pelo periódico. O lugar a elas destinado dentro do Jornal não estava no caderno “Feminino”, ou mesmo dentro das sessões de política ou educação, mas sim na “Crônica policial”, como aquelas que subvertiam a ordem social estabelecida. Ou seja, termos como “subversivas” e “terroristas” eram usualmente utilizado pelo jornal para se referir a estas militantes. O que nos alerta Cristina Wolff (2015), é que os governos militares, com o auxílio da imprensa e dos meios de comunicação, criaram a imagem dessas militantes, associando-as a terroristas, assassinas e comunistas.

A imensa maioria das reportagens encontradas entre os anos de 1969 e 1973 que fazem referência a assaltos a bancos⁷, sequestros de diplomatas estrangeiros⁸, registros de prisões⁹, informações sobre o andamento de processos encaminhados pela justiça militar¹⁰, como apontamos acima, foram batalhas desenvolvidas por grupos de esquerda clandestinos no Rio de Janeiro e em São Paulo, mesmo o Rio Grande do Sul sendo palco de diversas ações que acabaram por receber pouco destaque no Jornal. Evidentemente, grandes episódios que aconteceram em solo gaúcho, como o “assalto ao banco de Viamão”, em março de 1970; ou a tentativa de sequestro do cônsul norte americano, em abril de 1970, foram amplamente divulgados, inclusive na capa do periódico.

Aqui, talvez seja possível inferir uma tentativa de “suavizar” a resistência à ditadura no Rio Grande do Sul, provavelmente buscando não valorizá-la, não destacá-la, não apontar para ela muitos holofotes. Destinavam-lhes apenas reportagens pequenas, que não perduram durante muitos dias e que se localizavam nas páginas internas do Correio.

Tânia Regina de Luca (2005) ressalta que se faz importante atentar para o destaque que o periódico estudado dá a notícia, assim como para o local em que está publicação se encontra. É bastante distinta a visibilidade de uma notícia em uma reportagem de capa, para as que estampam as páginas internas, por exemplo. E mesmo as páginas internas são atravessadas por hierarquias: “trata-se, por exemplo, da seção “política nacional” ou da “policial”?” (Já se mostrou como greves e assuntos sociais são sistematicamente alocados na última)” (LUCA, 2005, p. 140). Isto fica bastante evidente no jornal aqui analisado: as reportagens que fazem referência às mulheres militantes, como as acima citadas, aparecem majoritariamente na página 5 do Correio do Povo, intitulada “Crônica Policial”, e isto também é rodeado de significados.

⁷ Alguns exemplos de reportagens sobre assaltos a banco: “A loura dos assaltos seria universitária subversiva” (CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 16 mai. 1969, p.5); “Uma loura e cinco homens assaltam banco paulista” (CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 1 ago. 1969, p.5); “Mulheres também assaltam de ‘VOLKS.’” (CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 19 set. 1969).

⁸ Exemplo de reportagens sobre sequestros de diplomatas estrangeiros: “Embaixador Elbrick faz um relato à imprensa sobre o seu sequestro” (CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 9 set.1969); “Grupo armado seqüestra o cônsul geral do Japão em São Paulo” (CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 12 mar. 1970);

⁹ Algumas reportagens sobre registros de prisões: “Prisão preventiva para dezenove indiciados em terrorismo” (CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 3 abr. 1971, p.8); “Preso em livramento casual que transportava munição” (CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 25 abr. 1971, p.5).

¹⁰ Exemplos de reportagens sobre processos encaminhados pela justiça militar: “Processo de subversão agita meio estudantil.” (CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 19 mar. 1970, p. 16); “Decisões do STM sobre processos de subversão” (CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 1 dez. 1971, p.8); “Subversivos condenados respondem a novo processo” (CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 12 abr. 1972, p.8).

Outra questão importante é que, ao trazer a presença dessas mulheres às ações dos grupos militantes, o Jornal frequentemente privilegia suas características físicas. Em uma reportagem 20 de novembro de 1969, observa-se essa diferenciação nas descrições entre homens e mulheres: os homens são referenciados como “jovem, moreno, de calça escura e camisa branca, de um metro e sessenta de altura...” e “o que parecia ser chefe, tinha cabelos crespos, era baixo e gordo, com tipo de nortista e, como os demais, usava óculos escuros.”, enquanto a mulher “era magra, bonita, de estatura mediana, cabelos castanhos e vestia saia azul e blusa clara” (CORREIO DO POVO, 20/11/1969, p. 5.).

Outra reportagem de novembro de 1969 evidencia ainda mais a importância da definição de beleza na caracterização de mulheres subversivas: “Tinham um revólver *Colt*, calibre 45, várias pistolas calibre 38 e a mulher – não muito bonita – tinha na mão um volume que disse que era uma bomba” (CORREIO DO POVO, 16/11/1969, p. 1.).

Era recorrente a presença da “loura dos assaltos” nas notícias sobre assaltos a bancos e empresas. Chama atenção o fato de que, normalmente a figura da mulher loira era descrita com adjetivos como: “loura muito bonita”, “loura bastante atraente”¹¹. Supostos elogios que, no fundo, acabam por mascarar preconceitos de gênero. É perceptível que tais atributos de beleza não eram utilizados para descrever os homens.

A tamanha repercussão “da loira dos assalto”, pode-se presumir, tenha ocorrido pela surpresa da sociedade em ter uma mulher participando de ações armadas, ou talvez também pela figura da “loura” no imaginário da época, geralmente ligadas a feminilidade e sensualidade, como Marilyn Monroe, Brigitte Bardot, Catherine Deneuve e Wanderléia, personalidades destacadas pelo período.

A partir da busca em entrevistas e escritos das militantes¹² pode-se constatar que essa “loura” não era sempre a mesma militante, sendo Renata Guerra de Andrade, apontada por Luiz M. Carvalho, como “a primeira loura dos assaltos” e a primeira mulher a participar da linha de frente (CARVALHO, 1998, p.37), ou seja, das ações propriamente ditas. Renata relembra:

¹¹ Alguns exemplos de reportagens que fazem referência “a loura”: “A loura dos assaltos seria universitária subversiva” (CORREIO DO POVO, 16/5/1969, p.5); “Uma loura e cinco homens assaltam banco paulista” (CORREIO DO POVO, 1/8/1969, p.5).

¹² Algumas destas entrevistas que fazem referência “a loura” estão presentes no livro de Luiz M. Carvalho (1998) e no filme “Que bom te ver viva” de Lúcia Murat (1989).

A ação mais badalada foi o assalto ao Banco Mercantil do Itaim¹³. Porque nesse eu apareci, as pessoas me viram. Foi aí que eu virei a “terrorista loura”. Foi uma coisa proposital da Organização, para mostrar que havia mulheres. O engraçado é que eu nunca fui loura. (CARVALHO, 1998, p.37).

Muitas “louras” vieram depois dela: Vera Silvia Magalhães(MR-8), Ana Maria Nocinovic (ALN – Aliança Libertadora Nacional) e Maria do Carmo Brito (VPR), entre outras. O fato era que as militantes faziam uso de perucas loiras simplesmente por serem mais fáceis de serem adquiridas, como afirmado por uma militante no filme de Lúcia Murat: “Que bom te ver viva” (1998). Mas essa “loura misteriosa” acabou por confundir os militares, que demoraram um longo período até perceberem que não se tratava da mesma loira que atuava em expropriações de bancos na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo.

Conclusão

É de fundamental importância, então, perceber que, o efeito da participação dessas mulheres na resistência, e particularmente na luta armada, refletiu em mudanças nas relações de gênero dentro e fora das organizações, como também no lugar das mulheres dentro da sociedade brasileira e sua presença na história escrita por nós, historiadoras. Neste trabalho, tentei abordar, ainda que de forma sucinta, algumas das histórias dessas “mulheres revolucionárias”, trazendo um pouco de suas vozes e, sua presença na imprensa através de uma perspectiva dos estudos de gênero. E aqui, tendo sempre presente que o saber sobre essas mulheres também significa poder, e que este, como nos recorda Foucault (2000), é exercido por uma cadeia de relações, que se forma e se dissipa através também dos discursos produzidos pelas instituições de saber. Ou seja, que “não há relação de poder sem constituição correlatada de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (FOUCAULT, 1998, p.27).

Foi possível constatar também que, nas páginas do periódico, a guerrilha não era o lugar social adequado para mulheres. O espaço privado ainda devia ser o ambiente frequentado por elas, assim como a posição de boas mães e esposas. É importante reforçar que o poder que se opunha a estas mulheres não vinha apenas do Estado, ou dos militares, mas também de outras instâncias, como as representações da mídia sobre elas, ou as atitudes de seus companheiros de organização, por exemplo. Mas, como nos afirmou Ridenti (1993),

¹³Localizado na cidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

não se deve imaginar que estas mulheres eram totalmente submissas, elas também exerciam e faziam parte desta rede de poder ao não se manterem no espaço privado, ao resistirem a tortura, ou ao fazerem uso de estereótipos ditos “femininos” como disfarce. Buscou-se, neste artigo, produzir também uma reflexão sobre a trajetória dessas militantes, para que elas sejam sempre lembradas, para que suas lutas não se percam e para que, acima de tudo, as dores, batalhas e sofrimentos vividos por estas mulheres estejam presentes na história, mas jamais mais se repitam no futuro.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Maria H. M. **Estado e Oposição no Brasil** (1964-1984). Bauru: UDESC, 2005.
- CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998.
- DILLENBURG, Sérgio R. **Correio do Povo: história e memórias**. Passo Fundo: Ediupf, 1997.
- FISCHER, Rosa M. B. **Adolescência em discurso: mídia e produção de subjetividade**. Porto Alegre: UFRGS, 1996, Tese de Doutorado no Programa de Pós Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1996.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2000.
- _____. **Repensar a política**. Rio de Janeiro: Forense, 2010.
- _____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GALVANI, Walter. **Um século de Poder: os bastidores da Caldas Júnior**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.
- INTERNACIONAL, Anistia. **A Reporto n Allegations of Torture in Brazil**. Londres: T. B. Rusell and CO, 1972. In: ALVES, Maria H. M. **Estado e Oposição no Brasil** (1964-1984). Bauru: UDESC, 2005.
- JOFFILY, Olívia R. O corpo como campo de batalha. In: PEDRO, Joana M.; WOLFF, Cristina S.. **Gênero, Feminismo e Ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.
- LAURETIS, Teresa de. Tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-242.
- LUCA, Tânia R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.): **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

MACHADO, José A. P. **Breno Caldas**: meio século de Correio do Povo. Glória e agonia de um grande jornal. Porto Alegre: L&PM Editores, 1987.

PADRÓS, Enrique S.; FERNANDES, Amanda S. Faz escuro, mas eu canto: os mecanismos repressivos e as lutas de resistência durante os “anos de Chumbo” no Rio Grande do Sul. IN: PADRÓS, Enrique S.; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Al.; FERNANDES, Ananda S. (org). **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964 – 1985)**: história e memória. POA: Corag, 2010 – vol. 2.

PEDRO, Joana M. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **HISTÓRIA**, São Paulo, v.24, N.1, 2005. p.77-98.

_____. WOLFF, Cristina S. As dores e as delícias de lembrar a ditadura no Brasil: uma questão de gênero. **História Unisinos**. São Leopoldo, Vol. 15 Nº 3 - setembro/dezembro, 2011, p. 398-405.

RAMMINGER, Ignez M. S.. Na guerra com batom. In: PADRÓS, Enrique S.; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Al.; FERNANDES, Ananda S. (org). **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964 – 1985)**: história e memória. POA: Corag, 2010 – vol. 2.

RIDENTI, Marcelo. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. In: **Tempo social**, Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 2 (2), 113-128, 2m sem, 1990.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

RODEGHERO, Carla S. Regime militar e oposição. In GERTZ, René. **República**: da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930 – 1985).Passo Fundo: Méritos, 2007.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. IN: **Educação & Realidade**, vol.20, n.2. julho/dezembro 1995.

_____. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.) **A escrita da história**. São Paulo: UNESP, 1992.

TELES, Maria A. de A. Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura. In: **Revistas estudos feministas**. Vol. 23, no.3. Florianópolis, set./dez. 2015.

WOLFF, Cristina S. A linguagem da violência. In: _____. **Mulheres da Floresta**: uma história. Alto Juruá, Acre (1890-1945). São Paulo: Hucitec, 1999, p. 195-252.

_____.Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 27, n. 54, 2007.

_____. Pedacos de alma: emoções e gênero nos discursos da resistência. **Revista Estudos Feministas**. UFSC, v. 23, p. 975-989, 2015.

_____. Narrativas da guerrilha no feminino (Cone Sul, 1960 -1985). **História Unisinos**, São Leopoldo, v.13, 2009.

_____. O gênero da Esquerda em tempos de Ditadura. In: PEDRO, Joana M.; WOLFF, Cristina S. **Gênero, Feminismo e Ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.